



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

O Movimento de Democratização e o Autogoverno na Universidade Estadual Paulista

Neusa Maria Dal Ri

Como citar: DAL RI, N. M. O movimento de democratização e o autogoverno na universidade estadual paulista. *In:* VIEITEZ, C. G. (org.). **A Empresa sem patrão**. Marília: Unesp Marília Publicações, 1997. p. 75-88. DOI: <https://doi.org/10.36311/1997.978-85-60810-31-4.p75-88>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O Movimento de Democratização e o Autogoverno na Universidade Estadual Paulista

Neusa Maria DAL RI¹

Introdução

No interior das universidades estaduais paulistas, sob a autonomia, podemos encontrar as condições propícias ao desenvolvimento de reflexões direcionadas ao tema da gestão democrática. Essas condições ficam dadas por alguns fatores que incidem sobre estas universidades e o trabalho realizado no interior das mesmas.

O paradigma de organização do trabalho que reinou entre o fim da Segunda Guerra e começo dos anos setenta, o taylorismo/fordismo, e a tentativa de sua implantação na organização do trabalho na universidade, não se consumou de todo. Os docentes, exatamente porque ainda conservam o controle de um conjunto significativo de aspectos inerentes ao processo de trabalho no qual se vêm envolvidos - pesquisa, ensino e extensão - beneficiam-se de um regime de trabalho bastante livre.

Embora o padrão de organização do trabalho típico à ordem social vigente não tenha sido implantado de todo na universidade, isso não significa a inexistência de controle sobre esse trabalho e de estrutura verticalizada e hierarquizada na instituição. Dessa forma, observa-se, na universidade, a existência de uma estrutura administrativa dual, ou seja, de um lado é baseada num sistema de órgãos colegiados e, por outro, num sistema burocrático, o que manifesta fortes indícios de controle do trabalho realizado na universidade. Outros indícios de controle da universidade podiam ser verificados, por exemplo, na prática da indicação e nomeação dos reitores e vice-reitores pelos Governos Federal e Estaduais, na alocação de verbas feita de forma indiscriminada e com critérios políticos, nos métodos impostos de avaliação do trabalho docente e na ameaça constante, que volta à baila de tempos em tempos, de privatização das universidades públicas.

Entretanto, a comunidade universitária nunca deixou de contrapor-se a esses controles. Num dado momento, a resistência ao controle articulou-se de forma para

1 - Departamento de Administração e Supervisão Escolar - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Marília - SP.

positiva com uma questão muito mais ampla, qual seja, a luta que toda a sociedade brasileira vinha travando contra o Estado ditatorial. Esse movimento adquiriu, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), duas formas de manifestação: no geral, a luta pela democratização do Estado e da sociedade e, no particular, a luta pela democratização da estrutura de poder interna da universidade.

Neste artigo, tentaremos demonstrar que o amplo movimento de democratização da UNESP e de suas estruturas de poder, desencadeado pelas entidades representativas dos três segmentos desta Universidade, em especial pela Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP), conjuminado com a autonomia de gestão financeira, outorgada pelo Governo Estadual, em 1989, consolidaram-se na instituição como um aspecto do autogoverno ou da gestão democrática. Defendemos a idéia de que esse movimento em direção ao autogoverno ou à gestão democrática é positivo. Ou seja, é positivo na perspectiva na qual trabalhamos aqui, na perspectiva da democracia ou do governo democrático.

O Sindicato dos Docentes e a democratização das relações de trabalho na UNESP

Em 1984, quando as entidades representativas dos três segmentos e a comunidade universitária ainda discutiam as eleições diretas para reitor e após a indicação, pelo Governo Montoro, de um reitor pró-tempore para a UNESP, outro debate começou a tomar forma: a elaboração de novos estatutos para esta universidade. Em novembro de 1984, o reitor pro-tempore, Jorge Nagle, convocou o processo estatuinte e promoveu um Simpósio, no Campus de Botucatu, no qual participaram 360 delegados dos três segmentos da comunidade universitária. De acordo com o Informativo UNESP (1984), o Simpósio envolveu dois dias de amplos debates em torno de cinco tópicos: a) objetivos da Universidade; b) relações com a sociedade e com o Estado; c) estrutura de poder; d) regime de trabalho e carreira (funcionários e professores) e assistência estudantil; e) ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Reunidos em grupos, cada um dos segmentos acadêmicos, separadamente, discutiu os cinco tópicos e, na plenária final, foram apresentadas pelos relatores as posições dos setores. Estes relatos foram encaminhados por escrito à Comissão Central para que esta os ordenasse e enviasse para discussão com toda a comunidade.

Neste Simpósio foram apresentadas propostas, pelo setor estudantil, tais como: “paridade, desde o Conselho Universitário, descendo [em] toda a hierarquia até os Conselhos de Departamentos. A eleição direta e paritária para todos os cargos diretivos da UNESP é essencial”. (Tola, 1984, p.5)² As propostas, em termos de estrutura de poder, dos funcionários e docentes, priorizaram as eleições diretas

2 - Solange Tola foi presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Helenira Rezende, da UNESP, em 1984. (Informativo UNESP, v. 3, n. 25, p. 5, nov. 1984)

reitor e vice-reitor, diretor e vice-diretor e chefe e vice-chefe de departamentos; além de reivindicarem a adoção de uma política salarial.

Em documento publicado pela ADUNESP, em 23 de maio de 85, intitulado A ADUNESP e a Reestruturação da Universidade, no qual a entidade representativa dos docentes apresentou ao setor as propostas para o Congresso de Reestruturação, além das propostas citadas acima, lê-se outras como as que se seguem: sufrágio universal na escolha dos dirigentes universitários³; retirada de critérios de titulação para a escolha de dirigentes; todo o poder de deliberação aos órgãos colegiados, e aos dirigentes as funções executivas e de representação; subordinação da ação de chefes de departamento, diretor e reitor, respectivamente, ao Conselho Departamental, à Congregação e ao Conselho Universitário; subordinação das políticas técnico-administrativas aos órgãos colegiados, para que se evitasse a concentração de poder nas mãos dos superfuncionários; defesa do princípio da descentralização e a maior autonomia possível às diferentes instâncias da administração (tudo que pudesse ser decidido localmente não deveria ser levado à instância superior); crítica à confusão entre extensão de serviços, decorrente das funções de ensino e pesquisa, com prestação isolada de serviços, a partir de demandas de mercado; supressão da primazia que as atividades de pesquisa ocupa na avaliação do docente, devendo este ser avaliado por todas as atividades desenvolvidas; desvinculação da ótica elitista que tem associado os títulos acadêmicos à aquisição de poder político dentro da universidade; etc.

Podemos observar que, quando comparadas com as propostas dos outros setores, as defendidas pela Associação (e acima elencadas), na época, eram as mais radicais e as que propunham um profundo reordenamento na estrutura de poder da universidade. Após o Simpósio em Botucatu, a Comissão Organizadora da Reestruturação (COTRU), presidida pelo prof. José Ênio Casalecchi, redige uma pré-minuta de estatuto e convoca o Congresso de Reestruturação da UNESP, que ocorreria nos meses seguintes, em várias etapas, nos Campus de Araraquara e Jaboticabal.

Na primeira etapa do Congresso, em Araraquara, realizada nos dias 15 e 16 de maio de 1985, foi aprovada uma comissão paritária, composta inicialmente por cinco membros de cada segmento, encarregada de elaborar um anteprojeto de estatuto. Com o avanço das discussões, realizou-se nova etapa do Congresso, no dia 28 de junho. No dia 23 de julho, na reitoria, instalou-se a Comissão de Redação do Anteprojeto de Estatuto da UNESP, composta por nove membros, três representantes de cada segmento. Entre os docentes figuravam Nilo Odália, ex-presidente da ADUNESP, Antonio Quelce Salgado e Reinaldo Ayer de Oliveira, respectivamente, presidente e secretário geral da Associação na gestão que estava em curso. Integravam, ainda, a Comissão, juristas conhecidos como Dalmo Dallari, Hélio Bicudo e Carlos Simões. Estiveram presentes, também, no ato de instalação da Comissão, de acordo

3 - " [...] Na escolha dos dirigentes universitários urge resgatar o sufrágio universal, livremente exercido sem qualquer forma de tutela, como o mais adequado meio de exercício democrático." ADUNESP (1985)

com dados da ata da 1ª Reunião (UNESP, 1985), o vice-reitor em exercício, Paulo Milton Barbosa Landim, e os professores Telmo Correia Arrais e José Ênio Casalecchi, o primeiro Chefe de Gabinete da Reitoria, e o segundo, Coordenador da COTRU, ambos ex-presidentes da ADUNESP.

A Comissão trabalhou com vários materiais, pois, além daqueles que resultaram das etapas do Congresso, havia cinco grupos articulados entre os Campi sistematizando as propostas advindas dos três setores e que, periodicamente, remetiam, à Comissão, os textos de conclusão. Foram criadas Comissões Locais dos Trabalhos de Reestruturação, compostas pelos delegados dos setores docente, discente e técnico-administrativo, em todos os Campi da UNESP e que enviavam seus relatórios à Comissão de Redação. A própria Comissão de Redação subdividiu-se em três grupos para dar conta dos cinco tópicos definidos pelo Simpósio, tendo por base, também, os estatutos da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Em agosto de 1986, a Comissão Central submeteu o Anteprojeto do Estatuto da UNESP à aprovação da comunidade universitária, por meio de plebiscito realizado entre os dias 26 a 29. A grande maioria dos votantes (73,3%) optou pelo sim (UNESP, 1986, p. 10). Neste momento, instala-se uma grande polêmica em torno do novo estatuto. Alegando que “o conjunto das propostas apresentava muitos pontos conflitantes, devido a diferentes concepções dos diversos segmentos e grupos [...]” (1996, p. 17), o reitor, Jorge Nagle, indica uma comissão paritária, com a participação de juristas, e a encarrega de apresentar um anteprojeto de estatuto. O anteprojeto elaborado por esta comissão ficou conhecido como o Substitutivo Nagle. No final de 1987, o anteprojeto é enviado ao Conselho Universitário (C.O.) que, discutindo item por item, levou um ano para aprová-lo.

As críticas vieram de todos os lados. Salgado (1996), à época presidente da ADUNESP, relata que “[...] O estatuto que nós organizamos, que a comunidade organizou foi altamente modificado pelo Conselho Universitário, pelos membros da administração que estavam na época, o Sr. Nagle e companhia. E nós nos sentimos traídos. Houve muita discussão, muita discordância etc., mas, nós não tínhamos a força que precisaríamos ter para impor aquele estatuto que [...] a comunidade, na sua mais ampla representação, [...] elaborou”⁴. Para Woiski (1996b), “desapareceu, virou pó o original do estatuto da comunidade. [...] lemos todo o Substitutivo Nagle e achamos que era um retrocesso brutal no processo de democratização. [...] o Substitutivo Nagle recuperava em grande parte o autoritarismo do estatuto original [...]”⁵ Ainda, para Maria Valéria Barbosa Veríssimo (1996), “O que tentaram fazer foi uma junção dos dois processos. [...] Eu, como aluna, participei de todo esse

4 - O Prof. Quelce foi presidente da ADUNESP na gestão 84/86.

5 - O Prof. Woiski foi presidente da ADUNESP - S.S. na gestão 94/96 e vice-presidente na gestão 96/98. O Prof. Woiski, na época dos acontecimentos, foi delegado de sua Unidade e, dessa forma, teve uma participação intensa nas discussões sobre o estatuto.

processo, invadi diretoria, invadi reitoria etc. [...] Eu me lembro que era como se eles tivessem feito um estatuto de gabinete. Pegaram os ‘iluminados’, que é como eles se consideravam, parte daquele estatuto elaborado pela assembléia, pela comunidade e reapresentaram, num novo substitutivo.”⁶

Ainda, houve polêmica e críticas com respeito à posição que a ADUNESP assumiu nesse episódio. “[...] Estava se discutindo o estatuto e se passou a discutir somente sobre o Substitutivo Nagle, com o apoio massivo mesmo da diretoria da ADUNESP.[...] O pessoal egresso da ADUNESP foi capturado para a incorporação na institucionalidade, indo parar em cargos de gabinete. “ (Woiski, 1996b) “Porque ela [ADUNESP] se apresentava para a gente como nossa representação de classe mas, ao mesmo tempo, assumindo uma postura que ‘por debaixo do pano’ referendava o Substitutivo apresentado pelo próprio Jorge Nagle. “ (Veríssimo, 1996) “ Determinado grupo confundia essas coisas. Não conseguia delimitar claramente qual o papel da ADUNESP, qual a relação com o reitor e como é que essas coisas se colocavam. [...] etapa, em que podia se confundir AD com a reitoria”. (Mendonça, 1996)⁷

No entanto, não é esta a avaliação feita pela professora Lúcia Lodi, presidente da Associação em 88, quando o anteprojeto de estatuto tramitava no C. O. “ Eu digo que apesar de ter sido um processo complicado, como há avaliação nesse sentido, porque não se respeitaram as deliberações do Congresso [...] Eu entendo que ainda que as deliberações do Congresso não tenham sido rigorosamente obedecidas, fui uma responsável pela redação final das deliberações e pondero que havia algumas inviáveis do ponto de vista da legislação que estava vigendo, havia algumas contradições internas no conjunto das decisões que foram sendo tomadas. [...] Em que pese que aquilo [deliberações do Congresso] foi filtrado... a comissão filtrava, e a gente votava. Por exemplo, uma colega de Botucatu ficava bravíssima, dizendo que o Congresso tinha deliberado de determinada forma e, claro, deliberou, mas aquilo estava sujeito à interpretação da Comissão, tomando a forma de estatuto, acabava tendo que se submeter à legislação que estava vigendo, à redação final [...] Acho que a Universidade ganhou só com a discussão de como organizar a [sua] vida (...), nos seus vários aspectos. “ (Lodi, 1996b)⁸

Entretanto, no ano em que o estatuto foi discutido e votado no C. O., por meio de representantes no órgão colegiado e, também, por intervenção da própria diretoria da ADUNESP, foram enviadas várias emendas ao Substitutivo e algumas foram aprovadas, o que contribuiu para “democratizar” o texto final. Apesar da polêmica que se instalou e das críticas, inclusive de que a ADUNESP, neste processo,

6 - A Profa. Maria Valéria foi vice-presidente da ADUNESP - S.S. na gestão 92/94. Observamos que, na época dos acontecimentos, a Profa. Maria Valéria era aluna da UNESP e participou ativamente do processo de discussão do estatuto.

7 - A Profa. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça foi presidente da ADUNESP - S.S. na gestão 92/94 e vice-presidente na gestão 94/96.

8 - A Profa. Lúcia Lodi foi presidente da ADUNESP nas gestões de 88/90 e 90/92.

esteve mais ao lado da reitoria do que da comunidade, é fácil perceber que um dos fatores determinantes da aprovação do Substitutivo Nagle, em detrimento das deliberações do Congresso, foi a posição elitista e de resguardo de poder dos docentes. Não foi por outro motivo que a proposta de proporção majoritária de docentes, em relação aos demais segmentos em conjunto, na escolha de diretor e vice-diretor, apresentada ao C.O. em meio as discussões do estatuto, foi aprovada.

Em novembro de 88, quando o C. O. discutia as regras para as próximas eleições para reitor e vice-reitor, ao contrário do que estava previsto, em vez de os conselheiros analisarem o documento que a comissão paritária (indicada pelo Conselho para formular uma proposta) traria para a apreciação do C. O., chegaram duas propostas distintas.

A comissão desfez-se e o documento apresentado pelos segmentos discente e técnico-administrativo defendia a paridade na consulta, porém, os docentes reivindicavam que sua participação tivesse maior peso: 3/5 contra 1/5 e 1/5 para os outros dois segmentos. Durante a reunião, uma nova proposta foi apresentada e votada e prevaleceram os pesos de 2/4, 1/4 e 1/4 para professores, funcionários e alunos, respectivamente⁹.

Ainda hoje, nas últimas eleições para reitor e vice-reitor, realizadas em novembro de 96, quando parecia que a discussão sobre a paridade já estava esgotada frente ao ocorrido em 92, parcelas significativas dos docentes, bem como algumas AD's Regionais, sobretudo as de Ilha Solteira e de São José do Rio Preto, questionaram a posição da AD Central e do próprio Colégio Eleitoral que se posicionaram a favor do voto paritário proporcional. Aliás, temos dúvida de que se a discussão fosse ampliada e com intensa participação da categoria, se esta realmente referendaria a posição assumida pelo sindicato desde as eleições de 92.

Na verdade, se bem observados os fatos e a conjuntura política da época, parece-nos que a crítica efetuada por uma corrente política do sindicato dos docentes de que parte do pessoal egresso da ADUNESP foi capturada pela institucionalização¹⁰, não se sustenta. Ao contrário do que pensa o ex-presidente do sindicato, não foi a reitoria que cooptou os diretores egressos da entidade, mas foi a própria Associação, por meio de seus ex-diretores e dos da gestão que estava em

9 "Está claro que o princípio que preserva a influência majoritária dos professores representa o desejo da maioria. Não podemos negar que há alguns professores que defendem a paridade, mas a posição da ADUNESP é a de defender o ideal da maior parte dos docentes", afirma Cândido Viteiz. Aparecido de Jesus Cecílio Cabreira, tesoureiro da ASUNESP, rebate: "Os docentes é que terão o poder de eleger o próximo reitor. Os funcionários não terão nenhum poder de decisão", diz. Embora a quase totalidade das cadeiras do C. O. estejam sendo ocupadas por pessoas eleitas pelo voto da comunidade, o presidente do DCE invoca a questão da representatividade: "O Conselho está fora de sintonia com a comunidade universitária." (Jornal da UNESP, v. 4, n. 33, p. 11, dez. 1988)

10 "O atual presidente da Adunesp, Emanuel Rocha Woiski, questiona bastante o papel cumprido pela entidade no final do processo que levou ao novo estatuto da Unesp. Ele considera como 'nebulosa' a atuação da Associação. [...] Para ele, houve uma 'transição pelo alto', responsável por uma certa 'desconfiança' da categoria em relação à Associação naquele momento. Ele faz um paralelo com as 'Diretas, já!', quando 'as aspirações das massas foram canalizadas e controladas pelas elites, que se recompuseram às custas da destruição da vontade popular'. Na Unesp - emenda Woiski - 'houve um abandono pragmático das aspirações da comunidade em troca do que a direção da Adunesp considerou como mal menor.' (Woiski, 1996a, p. 19) "Eu me envolvi bastante na gestão Jorge Nagle", reconhece Lúcia Helena Lodi, ressaltando que isso ocorreu com ela e outros colegas porque viam avanços que poderiam ser conquistados. 'E a maior parte destas expectativas foi suprida', conclui." (Lodi, 1996a, p. 19.)

curso, que fez o reitor¹¹.

Em 82, pela primeira vez pós 64, por meio de eleições diretas, assumia o governo do Estado um candidato do partido de oposição, do PMDB. Observamos que, na época, vários partidos de esquerda, que sob a ditadura operavam de forma clandestina, incorporaram-se ao PMDB, e tinham seus candidatos para a Assembléia e para a Câmara eleitos sob essa sigla, como por exemplo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e, no governo Montoro, tiveram relativa influência, sobretudo o PCB.

No entanto, as forças políticas de direita dominaram, por um certo tempo ainda, vários órgãos e instituições do próprio Estado. Em 84, era essa a situação da UNESP, cuja reitoria, algumas diretorias de Unidades e parte do Conselho Universitário eram compostos por membros indicados pelo governo Paulo Maluf. Na transição, o embate e a articulação entre essas forças foram inevitáveis, possibilitando que um grupo de docentes da UNESP, sob a influência do PCB, pudesse não só rearticular e dirigir a Associação como, também, indicar o reitor¹².

Com o grupo Nagle, como ficou posteriormente conhecido na UNESP, no poder, outro embate avizinhou-se, aquele que decorreu das diferentes visões de universidade e de sua democratização, uma manifesta pela reitoria e seus apoiadores e, outra, manifesta por setores do corpo docente e discente, que ganhou forma no O

11 - De acordo com a nossa visão, parece clara a influência que os ex-diretores da ADUNESP tiveram na indicação do reitor. No entanto, o prof. Woiski aponta, acertadamente, a confusão que houve, em determinado momento, entre membros da Associação e direção da UNESP.

12 - “[...] Porque nesse momento quem ganhou a eleição para governador foi o professor Montoro. E ele entrou com todo o pessoal das Universidades, o Paulo Renato, o Serra, o André, pessoas que nos ajudaram muito, [...] E isso permitiu que nós tivéssemos um acesso ao Palácio dos Bandeirantes que não tínhamos antes. [...] Um dia o Paulo Renato me telefonou dizendo da necessidade de indicar o terceiro nome rapidamente. Eu conversei com o Zé Ênio e indicamos o Jorge Nagle que não tinha todo aquele passado de luta que tínhamos, sendo um nome mais isento e, ao mesmo tempo, era uma pessoa muito competente profissionalmente, tinha sido diretor por vários períodos. Ele foi nomeado, tomou posse ‘pro-tempore’. Foi difícil, tivemos que invadir a reitoria para tomar posse. [...] Nós permanecemos na reitoria, eu e o Jorge, eu como Chefe de Gabinete. [...] Foi muito difícil, porque tivemos que reformular todos os órgãos colegiados da Universidade para preparar a eleição da lista sêxtupla. Depois dos seis meses, me parece que em dezembro de 84, ou janeiro de 85, tínhamos trabalhado os votos. [...] Foram vários os candidatos. Realmente, basicamente deveria ser ele, o Nagle ganhou.” (Odália, 1996) O Prof. Nilo Odália foi presidente da ADUNESP na gestão 78/80. “[...] Isso no governo Montoro. E como estava com todo um processo de renovação (Montoro e Maluf), próximo das Diretas Já, havia todo esse clima no país [...] Roberto Gusmão na época era secretário do governo [...] até que se chegou a uma solução negociada que era a designação do pro-tempore [...] foi designado o professor Jorge Nagle. Foi uma tentativa de conduzir a universidade a uma nova unidade e conseguiu.” (Arrais, 1996) O prof. Telmo Arrais foi presidente da ADUNESP na gestão 82/84. “[...] a gente, um grupo de oito ou nove pessoas, [...] eu, alguns diretores e tínhamos doutor e auxiliar de ensino, que eram da Adunesp, alguns diretores que resistiram e levaram o professor Jorge Nagle para a reitoria, quando o Montoro entrou, na gestão do professor Telmo.” (Casalecchi, 1996) O prof. José Ênio Casalecchi foi presidente da ADUNESP na gestão 80/82. “[...] porém eram poucas as pessoas de partidos dentro do movimento. O grupo, por exemplo, e isso eu sempre discutia de maneira franca, aberta, com o Nilo, o José Ênio, ou seja, que eram as pessoas mais ligadas ao Nagle, que havia muito uma conotação de PMDB. Era um pessoal muito PMDB, eu tinha essa discussão com eles [...] O Guariba fez parte do governo Montoro, o Ulisses, o Zé Ênio, o Nilo, O Zé Ênio sempre foi do PC. O Tidei, esse pessoal era do PC. O Zé Ênio, passado esse movimento de democratização, eu acho que foi a pessoa que mais entendeu a questão.” (Oliveira, 1996) “Mas o grupo do Nagle foi Adunesp, foi direção durante muito tempo. [...] A Lúcia, o Geraldo Balestriero, o Telmo, o Nilo Odália, o Ulisses [...] são aí dez anos. São todas as direções. É grupo Nagle.” (Mendonça, 1996)

Congresso de Reestruturação, cujos resultados já comentamos.

Mas, é fato também que o gosto amargo da derrota que a comunidade sofreu na questão dos estatutos rende frutos até hoje. Não é à toa que na prática, embora não formalmente, as duas últimas eleições para reitor e vice-reitor e para diretor e vice-diretor, em algumas Unidades, foram paritárias, por pressões exercidas pelos três setores. Também não foi por obra do acaso que entre 90 e 91, quando estava em pauta a luta por mais verbas para as universidades na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), setores dos três segmentos questionaram a falta de transparência orçamentária da reitoria. As entidades congregaram as insatisfações dos segmentos e a ADUNESP acabou encaminhando no C.O. a proposta, advinda do setor docente, de realização de uma auditoria ampla na Universidade. A proposta, é óbvio, não foi aprovada no Conselho, entretanto, desencadeou um interessante debate que culminou com o início de uma Reforma Acadêmico-Administrativa, para que se pudesse reavaliar a universidade a partir de contribuições da comunidade.

Para receber essas contribuições, a reitoria indicou uma Comissão de Sistematização das propostas. A Associação realizou, nos dias 14 e 15 de maio de 91, no Campus de Marília, o Simpósio da ADUNESP sobre a Reforma Acadêmico-Administrativa. A proposta final que resultou desse Fórum e que foi enviada à Comissão, apresentada originalmente pela diretoria da ADUNESP-Regional de Marília, discutida e complementada pelas outras AD's participantes do Simpósio, trazia questões interessantes acerca de pontos como a gestão democrática, descentralização administrativa, Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT) etc. A Comissão de Sistematização recebeu várias propostas advindas de congregações, grupos de docentes, departamentos etc. No entanto, o tempo passou, o prof. Arthur Roquete de Macedo assumiu a reitoria, e o processo foi esvaziado. As poucas resoluções tomadas acerca da Reforma fugiram, novamente, da expectativa da comunidade.

Em 1994, na campanha salarial, a comunidade questionou a falta de transparência orçamentária do executivo e, novamente, surgiu a proposta de auditoria. Uma certa insatisfação histórica, resultante da pendência no encaminhamento da elaboração dos estatutos, acaba desembocando, via de regra, em propostas e questionamentos em todas as datas-base, votações da LDO e processos de escolha dos dirigentes.

Embora o estatuto aprovado no C.O. não tenha refletido exatamente o que saiu do Congresso de Reestruturação, sobre uma questão todos concordam, este constitui-se em um dos mais avançados e democráticos quando comparado com o de outras universidades. Dessa forma, a nosso ver, tanto o processo de elaboração deste estatuto, quanto a solução Nagle para a reitoria proporcionaram significativo avanço democrático para a UNESP. Não pretendemos, com esta análise, esgotar essa discussão, mas apenas pincelar as principais variáveis que influenciaram os acontecimentos. Resta-nos, agora, indicar, com maior precisão e de maneira comparativa, as principais modificações realizadas no estatuto.

Avanço Democrático

Em vista do deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão de 15 de dezembro de 1988, e pelo Conselho Estadual de Educação, em sessão de 25 de janeiro de 1989, e com base no art. 207 da Constituição, o reitor da UNESP, por meio da resolução UNESP de 21 de fevereiro de 1989 resolve aprovar o estatuto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Em 3 de março de 1989, pelo decreto de n. 29 720, o governador do Estado, no uso de suas atribuições legais e considerando a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada às universidades pelo art. 207 da Constituição, aprova o mesmo estatuto.

Vejam algumas das modificações mais importantes introduzidas por este estatuto e, conseqüentemente, por esta primeira reforma acadêmico-administrativa, quando confrontados o Estatuto vigente no período entre 1977 e 1989, as propostas advindas do Congresso de Reestruturação e aquelas encaminhadas pelo Substitutivo da Reitoria.

A) Quanto aos órgãos da administração central, foram criados novos colegiados a partir da suposição de que isto constituiria um fator de democratização. São órgãos da administração central: o Conselho Universitário (CO); os conselhos centrais, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) e o Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), e a reitoria. (Cap. I, art. 16, p. 9) Tanto o Anteprojeto do Congresso de Reestruturação como o Substitutivo da Reitoria propunham apenas o C.O., o CEPE e a reitoria como órgãos da administração central.

O CO, instância superior da universidade, de caráter normativo e deliberativo, tem como atribuições traçar as diretrizes gerais e exercer a jurisdição superior da universidade; definir as diretrizes básicas do ensino, da pesquisa e da extensão universitária; planejar o desenvolvimento das atividades da universidade, definindo metas e estratégias, com avaliação das respectivas repercussões orçamentárias; aprovar a proposta orçamentária da UNESP etc. (art. 17 e 18, p.10).

B) Quanto à composição dos órgãos colegiados, a proposta do Anteprojeto do Congresso de Reestruturação previa para o C.O. os seguintes membros: reitor, seu presidente nato; vice-reitor, com direito a voz; os diretores das Unidades Universitárias e um representante por segmento de cada unidade. (p. 9) Da mesma forma, a proposta de composição das congregações e conselhos departamentais seguia o mesmo princípio geral, o da paridade. (p. 19 e 22) Já a proposta do Substitutivo da Reitoria para a composição do C.O. incluía, além do reitor e do vice-reitor, o segundo com direito a voto e dos diretores das unidades, os pró-reitores de graduação, de pós-graduação e pesquisa, e de extensão universitária e assuntos comunitários; os presidentes dos conselhos regionais; cinco representantes das categorias docentes, por núcleo regional; um representante da FAPESP; um

representante das Associações Patronais; um representante das Associações dos Trabalhadores; representação do corpo discente e do corpo técnico administrativo, na proporção de 1/5 do total dos membros. (p. 17 e 18) As propostas para as congregações e conselhos departamentais eram correlatas.

A proposta aprovada pelo C.O.¹³ foi, basicamente, a encaminhada pelo Substitutivo, diferenciando-se apenas no que diz respeito à representação docente. A categoria conseguiu aprovar a participação de um representante por unidade universitária, independente da titulação (Cap. I, Seção I, p. 9 e 10). Para as congregações e conselhos departamentais, no entanto, a representação docente continuou vinculada à titulação, ou seja, um representante para cada categoria.(Cap. III, Seção I, p. 16 e Seção III, p. 19)

Observamos que de acordo com o estatuto anterior (de 77), a representação docente, no C.O., tinha por base a titulação, sendo três representantes dos professores titulares e um representante para cada uma das demais categorias (art. 13, p. 7); o corpo discente participava na proporção de 1/10 do total dos membros e o corpo técnico-administrativo tinha apenas um representante no órgão (art. 13, p. 7). As congregações e conselhos departamentais eram estruturados da mesma maneira, com a diferença de que os funcionários não tinham nenhuma representação nesses colegiados (art. 32, p. 12 e art. 42, p. 14).

C) Quanto à escolha de dirigentes, o estatuto anterior previa, no art. 21 e 22 (p.10), que reitor e vice-reitor seriam nomeados pelo governador, mediante lista tríplice de professores titulares, organizada pelo C. O. Da mesma forma, os diretores e vice-diretores de unidades eram nomeados pelo reitor, e os chefes e vice-chefes de departamentos, pelo diretor, a partir de listas tríplexes organizadas, respectivamente, pelas congregações e pelos docentes dos departamentos. Para a direção de unidades, a titulação exigida era de titular e para as chefias de departamentos, as listas deveriam ser elaboradas contendo os nomes dos docentes de maior titulação. (art. 41, par. 1º, p. 13). A proposta apresentada pelo Congresso de Reestruturação dizia “O reitor e vice-reitor, nomeados pelo governador, com mandato de quatro anos, serão eleitos por voto direto e secreto [...] por funcionários, alunos e docentes, [...] cada segmento terá o peso de 1/3 na eleição [...], poderão ser candidatos ao cargo de reitor, qualquer docente, independente de titulação.” (p. 14) As propostas para a escolha das direções das unidades e para as chefias de departamentos, seguiam os mesmos princípios.

A proposta do Substitutivo da Reitoria mantinha, basicamente, o mesmo mecanismo de escolha para reitor, diretores e chefes de departamento vigentes no Estatuto de 77, modificando-o apenas em dois pontos: a lista tríplice para reitor deveria ser organizada pelo Colégio Eleitoral, composto pelo C.O., CEPE e CADE e rebaixava a titulação necessária para ocupar os cargos de diretor e chefe de apoio

13 - Por meio da Resolução UNESP, n. 59, de 2 dez. 92 e do Decreto n. 36.470, de 28 jan. 1993, que aprova alterações do Estatuto da UNESP, o Pró-Reitor de Administração (Pró-Reitoria que foi criada em 92) passou a integrar o Conselho Universitário.

departamento de titular para doutor. (p. 14, 21 e 24) Observa-se, aqui, um grande retrocesso do Substitutivo, quando comparado à proposta do Congresso, em termos de abertura à participação da comunidade na escolha dos dirigentes.

O Estatuto aprovado em 89, em seu art. 30, determina que o reitor e o vice-reitor serão nomeados pelo governador, com base em listas tríplexes elaboradas por Colégio Eleitoral especial, constituído pelo CO, pelo CEPE e pelo CADE, a partir de relação de nomes de professores titulares, indicados pelas congregações das unidades universitárias. No entanto, como o Estatuto não determina a forma de consulta à comunidade universitária para a elaboração das listas, as eleições para esses cargos têm sido realizadas por meio do voto direto. A eleição para escolha do reitor e vice-reitor para a gestão 1993/1996, bem como para a de 1997/2000 foram diretas e paritárias proporcionais, ou seja, cada um dos três segmentos da universidade teve o peso de um terço na votação. Da mesma forma, as eleições para a direção das unidades universitárias e chefias de departamento têm sido realizadas de forma direta e, em alguns Campi da UNESP, com paridade proporcional.

Este talvez tenha sido um dos maiores avanços, em termos da democratização da universidade, proporcionado pelo movimento.

A reforma efetuada na UNESP em 89, como vimos, caracterizou-se por ter no seu centro uma intencionalidade de democratização. Entretanto, um rápido exame, sob o ângulo da própria democratização e o da gestão da universidade, nos demonstra os limites dessa reforma.

Embora medidas significativas de democratização da estrutura de gestão tenham sido implementadas (como a modificação dos estatutos), estas não foram suficientes para provocar um reordenamento profundo na direção da reestruturação do sistema de poder e tomada de decisão.

Do ponto de vista da legalidade institucional, os organismos de tomada de decisões, os órgãos colegiados, passaram a ocupar o primeiro plano na estrutura de poder. A rigor, o Conselho Universitário é a instância máxima de deliberação da universidade. Na prática, porém, o executivo (reitor e diretores), em articulação com os funcionários tecno-burocráticos superiores detêm a supremacia política. Um exemplo vivo dessa concentração de poder pode ser verificado no fato de que, apesar de o CO ser o órgão máximo de deliberação, este não tem ascendência sobre três questões cruciais da universidade: a elaboração de planos diretores político-administrativos, a alocação dos recursos orçamentários e a política salarial. A amálgama desses três elementos forma a pedra angular de qualquer política de gestão, no entanto, a maior parte do coletivo dos trabalhadores da instituição fica alijada da discussão e da decisão sobre esses aspectos.

Apesar da comunidade universitária ter imposto as eleições diretas para os cargos majoritários, a garantia institucional desse processo ainda está por ser alcançada, já que, formalmente, os estatutos e normas não prevêm eleições diretas para reitor e diretores. Além disso, o poder, mesmo nas diretorias eleitas com amplo

da comunidade, é exercido, no cotidiano, com base na estrutura verticalizada.

Fica evidente, portanto, a ambigüidade de poderes. A comunidade universitária conquistou um espaço democrático que se refletiu nas eleições, mas não se desdobrou na gestão da reitoria e das unidades universitárias. Dessa forma, segue latente uma contradição entre o acesso ao poder e o seu exercício.

Embora a comunidade tenha conseguido garantir algumas propostas do movimento, incorporadas ao estatuto ou à prática democrática, não conseguiu superar os limites de uma autonomia e uma democracia que ainda são formais. O principal ponto que asseguraria uma maior participação ficou em aberto, qual seja, o controle da comunidade sobre a gestão e os organismos de poder da universidade.

Observamos que a reforma ampliou a participação de professores e funcionários nas instâncias acadêmicas e prefigurou a gestão como objeto inerente ao trabalho a ser realizado pela coletividade, no entanto, essa não se consumou. Não apenas como consciência da coletividade, mas, sobretudo, porque não se traduziu em novas estruturas administrativas reais.

Dessa forma, a situação objetiva e subjetiva do trabalhador coletivo na universidade não é a de empreendedor coletivo, responsável pelo conjunto do trabalho realizado na instituição, perante si mesmo e perante a coletividade mais inclusiva e a sociedade. Ao contrário, a sua situação continua a ser, antes de tudo, a situação de um coletivo assalariado que, como tal, encontra-se por definição jurídica, social, econômica e funcional, dissociado dos presumíveis interesses da instituição como coletividade organizada e autônoma. (ADUNESP, 1991, p. 9)

A partir de agosto de 88, as entidades deflagraram um amplo movimento pela reposição salarial com assembleias, atos públicos, panfletagens e uma longa greve. Trata-se do movimento que ficou conhecido como SOS Universidade. E, ocupadas com a campanha salarial, a comunidade e as entidades esqueceram-se dos estatutos.

A Autonomia: uma premissa do autogoverno

Depois de mais de sessenta dias em greve por reivindicações salariais e em defesa do ensino público e gratuito, o governador do Estado de São Paulo decretou a autonomia de gestão administrativa e financeira às universidades estaduais.

O Decreto n. 29598, de 2 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre providências visando à autonomia universitária, determina, em seu art. 2^o, que as liberações mensais de recursos do Tesouro àquelas entidades deverão respeitar o percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS - quota parte do Estado no mês de referência. (D.O.E., 03.02.89, seção I:1)

Esse percentual da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), quota parte do Estado, destinado às universidades estaduais,

foi acrescido de adicional de 0,6%, conforme art. 19, da Lei n. 7465, de 1991. Para o ano de 1993, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n. 7949, de 16.07.92), estabeleceu que as liberações mensais deveriam respeitar, no mínimo, o percentual global de 9% da arrecadação do ICMS, na forma da sistemática anterior, não se computando na apuração do percentual indicado as liberações do Tesouro originárias de repasses concedidos a projetos específicos das universidades. No ano de 1994, a Assembléia Legislativa aprovou a elevação do percentual para 9,57%.

A iniciativa paulista, sem dúvida, dá concretude a uma abstração jurídica, ao designar parcela do ICMS às universidades públicas, com reflexos diretos sobre a autonomia administrativa. Esse procedimento proporcionou às universidades estaduais paulistas efetiva possibilidade de autogestão. Ou seja, a autonomia trouxe um aspecto democrático que elevou a universidade a um novo patamar de qualidade, no que diz respeito a experiências de novos processos de gerenciamento econômico-financeiro e de autogestão.

Observa-se, assim, que várias das questões que antes implicavam responsabilidades apenas para os dirigentes dessas universidades, ficam, pós autonomia, elevadas pela livre disposição na utilização dos recursos. A problemática principal, aqui colocada, diz respeito à gestão da universidade e, conseqüentemente, à distribuição desses recursos, ou seja, em última instância, se a instituição será ou não governada pelos próprios trabalhadores.

Conclusão

A autonomia de gestão financeira, outorgada em 1989, possibilitou, às universidades estaduais paulistas, a autogestão; o movimento de democratização das estruturas de poder da UNESP, desencadeado, em 1984, pelas entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária e a autonomia, consolidaram-se, na instituição, como um aspecto do autogoverno ou da gestão democrática, conformando-se, assim, uma situação positiva do ponto de vista democrático.

O movimento de democratização da UNESP, lutou, em primeiro lugar, pelas eleições diretas para reitor e vice-reitor e, em segundo, pela democratização das estruturas de poder da Universidade, resultando em um novo estatuto para a instituição, que descentralizou o poder e ampliou a participação da comunidade universitária nos órgãos colegiados. Este movimento aliado aos condicionantes da autonomia de gestão financeira prefiguraram a luta pela gestão da universidade.

Por fim, mesmo que a situação do autogoverno na universidade não esteja ainda madura, tudo indica que há possibilidades de evolução no sentido de aprofundar-se a autonomia que nos interessa aqui: aquela que possibilite o aprofundamento do processo democrático.

Referência Bibliográfica

- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. A ADUNESP e a reestruturação da universidade. São Paulo, 23 mai. 1985. (Mimeogr.)
- _____. Proposta da ADUNESP para a reforma acadêmico-administrativa. IN: SIMPÓSIO DA ADUNESP SOBRE A REFORMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA, Marília, 1991. (Mimeogr.)
- ARRAIS, T. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S.S. 1996. (mimeogr.)
- BOLETIM Informativo. São Paulo: ADUNESP, n. 2, 1988.
- BOLETIM Informativo. São Paulo: ADUNESP, n. 5, 1988.
- BOLETIM informativo. São Paulo: DCE "Helenira Resende", n. 3, jun. 1985.
- CASALECCHI, J. E. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S. S. 1996. (mimeogr.)
- DECRETO n. 29.720, 3 mar. 1989. Estatuto da UNESP. São Paulo: UNESP, jun. 1989, p. 5.
- ESTATUTO da UNESP. São Paulo: UNESP, jun., 1989.
- INFORMATIVO UNESP. São Paulo: UNESP, v. 3, n. 25, nov. 1984.
- JORNAL da UNESP. São Paulo, v. 2, n. 9, set. 1986.
- LODI, L. H. Transição pelo alto. *Revista da ADUNESP* (São Paulo) n. 1, set. p. 19, 1996a.
- _____. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S.S. 1996b. (mimeogr.)
- MENDONÇA, S. G. L. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S.S. 1996. (mimeogr.)
- NAGLE, J. Novos estatutos: avanços e retrocessos na democratização da UNESP. *Revista da ADUNESP*. (São Paulo) n. 1, set. p. 17, 1996.
- ODÁLIA, N. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S. S. 1996. (mimeogr.)
- OLIVEIRA, R. A. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S. S. 1996. (mimeogr.)
- RESOLUÇÃO UNESP, 21 de fev. 1989. Estatuto da UNESP. São Paulo: UNESP, jun. 1989, p. 3.
- SALGADO, A. Q. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S. S. 1996. (mimeogr.)
- SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 29.598, 2 fev. 1989. Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária. *Diário Oficial*, São Paulo, v.2, n. 23, p.1, 1989. Seção 1.
- _____. Lei n. 7 949, 16 jul. 1992. Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado. *Diário Oficial*, São Paulo, 18 jul. de 1992.
- _____. Decreto n. 36.470, 28 jan. 1993. Aprova alteração do Estatuto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e dá providências correlatas. *Diário Oficial*, São Paulo, p. 1, 1993. Seção 1.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Estatuto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". São Paulo, jan. 1977. (mimeogr.)
- _____. Ata da solenidade de instalação e da 1a. reunião da Comissão de Redação do Estatuto da UNESP. São Paulo, 23 jul., 1985. (mimeogr.)
- _____. Anteprojeto do Novo Estatuto da UNESP. Comissão de Redação. São Paulo, 1986. (mimeogr.)
- _____. Substitutivo ao Anteprojeto de Estatuto da UNESP apresentado pela Reitoria. São Paulo, mar. 1987. (mimeogr.)
- VERÍSSIMO, M.V.B. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S.S. 1996.
- WOISKI, E. R. Transição pelo alto. *Revista da ADUNESP*. São Paulo, n. 1, set., 1996a.
- _____. Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - S.S. 1996b.